

Credores recebem delegação

JORNAL DO BRASIL

brasileira com frieza

Washington — AP

Roberto Garcia

Correspondente

WASHINGTON — Numa declaração seca, ontem de noite, William Rhodes, presidente do comitê de 14 grandes bancos que representa todos os credores estrangeiros do Brasil, disse que as negociações sobre o novo pacote de financiamento da dívida externa poderão começar em setembro. Porta-vozes dos bancos credores afirmaram que o comunicado de três linhas, frio e sem comentários, dava uma idéia do ânimo predominante nos bancos em relação ao Brasil.

A declaração do vice-presidente do Citibank, que é o maior credor do Brasil, foi feita depois de uma reunião de mais de três horas em Nova Iorque com três representantes brasileiros que expuseram as principais linhas do Plano de Controle Macroeconômico do governo Sarney, aprovado no início da semana pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Segundo fontes presentes à reunião, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, deixou claro que o governo não pretende fazer um acordo com o FMI antes de abrir as negociações sobre reescalonamento da dívida externa. Milliet esclareceu que as circunstâncias políticas predominantes no Brasil não são propícias para um relacionamento mais íntimo do governo com aquela instituição internacional. Ele insistiu que os bancos devem negociar com o Brasil independentemente de um acordo com o FMI. Apesar disso, o presidente do Banco Central acenou com a possibilidade de um "arranjo mais formal com o Fundo Monetário mais tarde, talvez no ano que vem".

A possibilidade de um acordo futuro com o FMI está sendo considerada pelo governo porque essa é a condição que o governo japonês está impondo para emprestar à América Latina um fundo de 30 bilhões de dólares.

Na capital americana, o ministro da Fazenda intensificou sua oposição a um acordo prévio com o FMI dizendo que "neste momento ele não é conveniente para o Brasil". Segundo Bresser Pereira, se os bancos insistirem num acordo, "nós vamos ter que esperar até que eles mudem de posição. Nós não estamos com

pressa. Vamos ver se os bancos estão apressados".

De acordo com banqueiros americanos, o governo Sarney está tentando ganhar tempo para aumentar suas reservas de divisas estrangeiras e para poder apresentar resultados melhores na frente da inflação e da retomada do crescimento. "Compreendemos a coreografia desses dançarinos. Fariamos a mesma coisa se estivéssemos no seu lugar", comentou um deles.

O ministro da Fazenda caracterizou a exigência de um acordo prévio com o Fundo como uma "alternativa de poder total" mediante a qual os credores amarrariam totalmente as mãos dos países devedores. "Ao Brasil não interessa essa união total entre os bancos, tesouro, FMI e o Federal Reserve", esclareceu ele, acrescentando que "se não atingirmos uma metazinha qualquer imposta pelo Fundo os bancos suspenderiam os desembolsos de seus empréstimos novamente e nós teríamos que fazer outra moratória". Esse perigo estaria rondando atualmente a Argentina, segundo um membro da equipe do ministro, visto que aquele país está com suas reservas muito baixas atualmente, apesar de ter feito um acordo com o Fundo Monetário.

Bresser Pereira afirmou que o governo deseja suspender a moratória tão logo quanto consiga um acordo com os bancos. Mas deu sinais que além do 1,8 bilhão de dólares que o Brasil pagou de juros, em janeiro e fevereiro deste ano, não pretende pagar mais nada neste ano. Até dezembro, vencem 4,3 bilhões de juros que o país deseja reescalonar. Ao abrir negociações de um novo acordo, ele disse que pedirá financiamento de parte dos juros que vão vencer, prazos mais amplos para o pagamento da dívida e taxas de risco (*spreads*) mais suaves, semelhantes às conseguidas pelo México e pela Argentina em negociações nos últimos meses.

Apesar dessa atitude pública dura, a equipe de Bresser está fazendo um esforço para conseguir aliados. Assessores do ministro fizeram exposição sobre o novo Plano de Controle Macroeconômico a especialistas do Fundo Monetário, Banco Mundial, bancos privados e órgãos universitários.



Bresser só admite ir ao FMI após acordo com bancos